



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 251/XII/ 4.ª SL

Aos 8 dias do mês de abril de 2015, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00

1. Apreciação e votação das atas n.º 249/XII e 250/XII, relativa às reuniões de 31 de março e 1 de abril de 2015

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Secretário de Estado do Turismo sobre a realidade do setor do turismo.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD e CDS-PP para audição do Presidente do Conselho Diretivo do INAC e do Presidente do Conselho de Administração da ANA para se avaliar a situação e as potenciais consequências daí decorrentes, sobre uma taxa de visitantes de Lisboa pela Câmara Municipal e do protocolo de entendimento com a ANA-Aeroportos de Portugal.

4. Nova apreciação da Proposta de Lei 287/XII/4ª (GOV) - "Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros."

5. Fixação da Redação final relativa às seguintes iniciativas:

– Proposta de Lei n.º 226/XIII/3.ª (GOV) – “Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.”

– Proposta de Lei n.º 227/XII/3.ª (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.”

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 251/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

6. Petição n.º 490/XII/4.<sup>a</sup> – “Pedem a interdição da instalação e funcionamento da empresa "UBER" em Portugal e a reapreciação do regime legal do transporte de doentes não urgentes.”

- Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao PSD)

7. Metodologia de apreciação na especialidade da Proposta de n.º 290/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional.”

8. Outros assuntos

10:00

Audição do Ministro da Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

---

**09:00**

#### **1. Apreciação e votação das atas n.º 249/XII e 250/XII, relativa às reuniões de 31 de março e 1 de abril de 2015**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu à votação as atas n.ºs 249/XII/4.<sup>a</sup> e 250/XII/4.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 31 de março e 1 de abril, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Secretário de Estado do Turismo sobre a realidade do setor do turismo.**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte por solicitação do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP).

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 251/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

**3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD e CDS-PP para audição do Presidente do Conselho Diretivo do INAC e do Presidente do Conselho de Administração da ANA para se avaliar a situação e as potenciais consequências daí decorrentes, sobre uma taxa de visitantes de Lisboa pela Câmara Municipal e do protocolo de entendimento com a ANA-Aeroportos de Portugal.**

De seguida, o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) apresentou o requerimento para audição do Presidente do Conselho Diretivo do INAC e do Presidente do Conselho de Administração da ANA, considerando que o mesmo era claro no seu objetivo e que havia vantagens para todos em esclarecer o contexto e termos deste protocolo e os seus impactos diretos e indiretos.

Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor das audições propostas.

Submetido o requerimento a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

**4. Nova apreciação da Proposta de Lei 287/XII/4<sup>a</sup> (GOV) - "Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros."**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para uma reunião extraordinária da Comissão, marcada para o dia seguinte, após o Plenário, por solicitação do Senhor Deputado Nuno Matias (PSD).

**5. Fixação da Redação final relativa às seguintes iniciativas:**

– Proposta de Lei n.º 226/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.”

– Proposta de Lei n.º 227/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública

## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 251/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

**ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.”**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião extraordinária da Comissão agendada para o dia seguinte, após o Plenário, por solicitação da Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD), para permitir que o Grupo de Trabalho para o Setor da Construção reúna no dia seguinte, às 14 horas, para preparar estas redações finais.

**6. Petição n.º 490/XII/4.<sup>a</sup> – “Pedem a interdição da instalação e funcionamento da empresa "UBER" em Portugal e a reapreciação do regime legal do transporte de doentes não urgentes.”**

- Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

Submetida à votação, a nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

O PSD indicou como relator o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD).

**7. Metodologia de apreciação na especialidade da Proposta de n.º 290/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional.”**

Neste ponto da ordem do dia, foi consensualizado solicitar pareceres escritos a um conjunto de entidades, dando como prazo para resposta o dia 17 de abril; fixar o prazo para entrega de propostas de alteração em 20 de abril, para que se possa proceder à discussão e votação desta iniciativa na especialidade em 22 de abril.

**8. Outros assuntos**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 251/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente informou que tinha baixado à Comissão, no passado dia 2 de abril, para apreciação na especialidade, o PJI n.º 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – “Integra a sinistralidade rodoviária como um novo objetivo dos conselhos municipais de segurança procede à primeira alteração à lei n.º 33/98, de 18 de julho, que cria os conselhos municipais de segurança”; deu conta de que a Comissão de Assuntos Europeus tinha solicitado à CEOP a emissão de parecer sobre o relatório “Portugal na União Europeia – 2014”, na parte atinente às suas competências, o qual deveria ser enviado até ao próximo dia 30 de abril, pelo que teria de ser apreciado na reunião de 29 de abril, cabendo ao PS indicar relator; e informou que tinha baixado à Comissão no passado dia 1 de abril, em conexão, a PPL n.º 315/XII/4.ª (GOV) – “Aprova o regime de acesso e exercício da atividade de prestação de serviços de auditoria de instalações de produção em cogeração ou de produção a partir de fontes de energia renováveis”, sendo competente a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

A propósito deste último anúncio, os Senhores Deputados manifestaram incompreensão por, sistematicamente, estas matérias baixarem à 11.ª Comissão, em detrimento da CEOP, tendo o Senhor Presidente concluído que, uma vez que todos os grupos parlamentares estavam representados na CAOTPL, não fazia sentido estar sempre a reclamar a propósito deste tipo de situações, devendo ser a CAOTPL a solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República a reapreciação do despacho, caso entenda que a iniciativa não deveria ser tramitada nessa Comissão, e que não faria sentido estar a CEOP a pronunciar-se sobre a iniciativa legislativa, se a mesma vai ser tramitada noutra Comissão.

Neste momento, pelas 9h45, a reunião suspendeu os seus trabalhos para aguardar a presença do Ministro da Economia, tendo sido retomados pelas 10h15, com a

#### **Audição do Ministro da Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Economia e aos Senhores Secretários de Estado Adjunto e da Economia, das



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 251/XII/ 4.ª SL**

Infraestruturas, Transportes e Comunicações, e do Turismo, enquadrou a audição regimental e explicou a grelha de tempos de intervenção.

Em 1ª ronda, intervieram os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Leite Ramos (PSD), Helder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE), a quem o Senhor Ministro da Economia respondeu sucessivamente.

Na 2ª ronda de intervenções, em que os trabalhos passaram a ser presididos pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Helder Amaral (CDS-PP), usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Nuno Encarnação (PSD), Paulo Cavaleiro (PSD), Rui Barreto (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo os Senhores Ministro da Economia e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações respondido a final.

Em 3ª ronda, intervieram os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Acácio Pinto (PS), Bruno Dias (PCP), Altino Bessa (CDS-PP), Fernando Jesus (PS), Mariana Mortágua (BE) e Manuel Mota (PS), tendo, para além dos Senhores Secretários de Estado do Turismo, e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, respondido o Senhor Ministro da Economia.

A reunião foi encerrada às 13:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de abril de 2015.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 251/XII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Altino Bessa  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Odete Silva  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Nuno Santos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Acácio Pinto  
Bruno Inácio  
João Paulo Correia  
Manuel Mota  
Paulo Cavaleiro  
Paulo Rios de Oliveira  
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia